Capítulo 5

Abrindo as gavetas: Emília Snethlage (1868-1929) e as coleções ornitológicas do Museu Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1922.

Miriam Junghans

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5.

**Abrindo as gavetas:
Emília Snethlage (1868-1929) e as coleções
ornitológicas do Museu Goeldi e do Museu
Nacional do Rio de Janeiro em 1922.**

Miriam Junghans¹

Em 1922 a ornitóloga alemã Emília Snethlage (1868-1929) transferiu-se, do Museu Goeldi², em Belém do Pará – do qual fora diretora –, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em dezembro desse ano o Museu Nacional recebeu uma coleção de mais de mil espécimes zoológicos, principalmente aves, oferecida pelo museu paraense (Brasil, 1922). Aparentemente tratava-se de uma transferência usual entre instituições científicas, mas não há notícia de uma contrapartida, de espécimes equivalente em número ou valor científico, do Museu Nacional para o Museu Goeldi, como era de praxe entre esse tipo de instituições.

Os estudos sociais da ciência têm apontado, a partir dos anos 1990, para as possibilidades oferecidas pela análise de práticas como o trabalho de campo e o colecionismo, que permitem apreender novos aspectos da história das instituições científicas e dos processos envolvidos na institucionalização das ciências. Tal mudança epistemológica teve início com os estudos que se dedicaram à ciência feita em determinadas localidades e instituições, abandonando a premissa aceita inicialmente, da universalidade da ciência, diante da qual práticas localizadas espacialmente adquiriam, forçosamente, um estatuto inferior. Essa nova orientação pode ser exemplificada pela proposição de Steven Shapin, citada por Margaret Lopes, segundo a qual conhecimento científico é

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. E-mail: miriamjung@gmail.com

2 Denominada, em 1894, Museu Paraense de História Natural e Etnografia, a instituição teve o nome alterado, em 1900, para Museu Goeldi e, em 1931, para Museu Paraense Emílio Goeldi.

produzido em “sítios específicos e carrega de modo discernível as marcas desses locais de produção” (citado por Lopes, 2001, p.882). Além de Lopes outros autores, como Dorinda Outram (1997), Lorelai Kury (2001) e Robert Kohler (2002) ofereceram análises ligadas aos lugares de produção do conhecimento científico. Dentre esses lugares se destacam os museus de história natural, que se consolidaram institucionalmente e cresceram significativamente em número em todo mundo e também no Brasil na segunda metade do século XIX.

Nos museus de história natural as coleções de espécimes ocupam um lugar central: interligam as viagens de pesquisa e coleta, os estudos de classificação dos espécimes, dando-lhes materialidade, e a partir delas são organizadas as exposições e os catálogos. Essas coleções são, portanto, o coração dos museus, e através de seu estudo é possível examinar aspectos da trajetória dos cientistas, das redes nas quais esses profissionais estavam inseridos, das práticas de campo e de gabinete, e das próprias histórias institucionais.

Tendo a transferência de espécimes zoológicos do Museu Goeldi para o Museu Nacional, em 1922, como ponto de partida, a proposta é compreender quais – e de que forma – diferenças institucionais estavam envolvidas nesse movimento, e como essas diferenças institucionais podem ser percebidas na produção científica de Emília Snethlage. Para tanto é necessário conhecer algo da trajetória científica da nossa personagem principal.

Emília Snethlage

A ornitologia sempre teve um estatuto diferenciado entre as coleções de espécimes de história natural. A beleza e ubiquidade dos seus representantes, aliada a uma certa facilidade de preparação e conservação dos exemplares, quando comparada à das outras classes de vertebrados, acabou levando à organização de coleções extensas, que permitem pesquisas detalhadas a partir das variações dos espécimes. Esse seria um fator essencial para a história natural, principalmente após a entrada em cena das concepções darwinistas. A riqueza da ornis brasileira sempre foi um fator de atração para os especialistas em aves. Entre os estrangeiros que desenvolveram pesquisas em nosso país estava a ornitóloga alemã Emília Snethlage, que chegou a Belém do Pará em 1905 e trabalhou no Brasil até falecer, durante uma viagem de estudos e coleta, em Porto Velho, em 1929.

No final do século XIX e nos primeiros anos do XX, as universidades alemãs, pressionadas por movimentos pelos direitos femininos, começaram a aceitar, oficialmente, a matrícula de mulheres em seus cursos. Foi o caso de Snethlage, nascida ao norte de Berlim, em 1868, filha de um pastor luterano. Durante dez anos ela havia trabalhado como preceptora na Inglaterra, Irlanda e na própria Alemanha. Em 1899 inscreveu-se, com mais de trinta anos, na Universidade de Berlim, para estudar história natural. Como era comum na Europa então, passou por diversas universidades, como Jena e Freiburg am Breisgau, onde doutorou-se, *summa cum laude*, em 1904. Passou então a trabalhar no Museu de História Natural de Berlim, como assistente de zoologia, sendo chefiada pelo ornitólogo alemão Anton Reichenow (1847-1941).³ Seu contato com Reichenow – que estava integrado às redes que interligavam os profissionais da ornitologia alemã e era editor de dois periódicos científicos da área⁴ – fortaleceria as ligações profissionais estabelecidas por Snethlage a partir da sua passagem pelas universidades e seria importante em vários sentidos. Foi por intermédio de Reichenow que a cientista soube que estava aberto o cargo para um profissional de zoologia em um museu da América do Sul, em Belém do Pará.

O Museu Goeldi

Em 1866 havia sido fundado em Belém do Pará, por uma entidade particular, mas que contava com o apoio de membros do governo, um museu de história natural. Em 1894 a instituição, que tivera até então uma existência apagada e atribulada, é reativada pelo governador do estado, o positivista Lauro Sodré (1858-1944). Para dirigir o museu com orientação científica é contratado o zoólogo suíço Emilio Goeldi (1859-1917).⁵ O Pará vivia então um período de pujança econômica, seu porto era passagem obrigatória para todo movimento comercial e de transporte da Amazônia, região que vivia o auge do extrativismo da borracha, de grande demanda e preços crescentes no mercado mundial. Essa situação econômica favorável, que começara durante o Império, intensifica-se durante os primeiros anos da República, em virtude da alta da cotação da borracha no mercado

3 Nomes de importância na ornitologia europeia do início do século XX iniciaram suas carreiras como assistentes de zoologia no Museu de História Natural de Berlim, como Carl Hellmayr (1878-1944) e Erwin Stresemann (1889-1972; Haffer, 1997).

4 Os periódicos editados por Reichenow eram o *Journal für Ornithologie* e o *Ornithologische Monatsberichte*, nos quais Snethlage publicou diversos artigos.

5 Para a biografia de Goeldi ver Sanjad, 2009.

internacional, da abertura de novas frentes extrativistas e do aumento do orçamento proporcionado pelo crescimento da receita proveniente dos impostos sobre a exportação, antes drenados pelo governo central, e que a reforma tributária de 1891 redirecionara para os estados (Sanjad, 2005). A cidade passou por profundas reformas urbanas e atraiu grandes levas de imigrantes estrangeiros, além de brasileiros provenientes do nordeste e do interior do Pará e, por volta de 1900, contava com aproximadamente 100.000 habitantes. A ciência era parte importante dos ideais republicanos e o novo regime de governo estava empenhado em tornar evidentes as diferenças entre o seu projeto e os feitos do Império, passando a investir na reorganização do museu de história natural.

Emílio Goeldi havia se formado em Jena em 1884 e logo depois viera para o Brasil, atendendo a convite de Ladislau Neto (1838-1894), diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição na qual trabalhou durante cinco anos. Ao transferir-se para Belém do Pará, em 1894, deu início a profunda reestruturação que consolidou o Museu Paraense e o inseriu nas redes de produção científica nacionais e internacionais, além de ter formulado pela primeira vez no país, segundo Nelson Sanjad, um “projeto científico claro e coerente para a Amazônia” (2006, p.455). Dividido em quatro seções, zoologia, botânica, geologia e etnografia, o museu teria como objetivos “o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral” (Regulamento, 1894, p.22). A instituição idealizada e posta em funcionamento por Goeldi era orientada por um projeto que visava a sistematização do conhecimento científico sobre a Amazônia, com ênfase na zoologia e na botânica. O museu funcionaria, portanto, como um centro especializado de produção de conhecimento científico. Para atingir seus objetivos Goeldi, recorrendo ao seu círculo de relações acadêmicas nos museus e universidades da Europa Central, contratou cientistas estrangeiros para trabalharem em Belém e passou a editar, a partir de 1894, o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, que circulava entre museus e outras instituições científicas nacionais e estrangeiras.

Emília Snethlage havia sido contratada para trabalhar no museu como assistente de zoologia, seção que sempre recebera uma atenção especial por parte de Goeldi, tanto em termos institucionais quanto administrativos. Dentro da zoologia, era a ornitologia que recebia as maiores atenções do diretor do Museu, pois se tratava de área da sua predileção. Chegando a Belém do Pará em agosto de 1905, aos 37 anos, Snethlage começou imediatamente seus estudos sobre a avifauna da região

amazônica, dando início a uma carreira profícua, durante a qual deixou uma contribuição expressiva para a ornitologia. A obra que a tornou mais conhecida entre os especialistas, o *Catálogo das aves amazônicas*, de 1914, reuniu o material disponível sobre as coleções ornitológicas do Museu Paraense e de outros museus, e os trabalhos taxonômicos, biológicos e biogeográficos feitos até 1912 pela própria pesquisadora. Nesta obra, considerada por especialistas de fundamental importância para a ornitologia brasileira, são relacionadas 1.117 espécies de aves amazônicas. Suas descrições e análises técnicas serviram de base para os estudos ornitológicos dos setenta anos seguintes (Cunha, 1989, p.91). Quando Emílio Goeldi retornou a sua Suíça natal em 1907, deixou como diretor do Museu o botânico Jacques Huber, e Snethlage passou a diretora da seção de zoologia. O inesperado falecimento de Huber, em 1914, fez com Snethlage passasse a diretora interina da instituição, tornando-se uma das primeiras mulheres, na América Latina, a exercer a direção de uma instituição científica (Cunha, 1989). Alguns meses depois de Snethlage ter assumido a direção do museu, teve início a Primeira Guerra Mundial e, com ela, acirraram-se as dificuldades pelas quais já vinha passando a instituição. A crise financeira do estado do Pará, ocasionada principalmente pelo fim do fluxo financeiro proveniente da extração da borracha, somou-se à crise política, com o alinhamento do Brasil com a política externa norte-americana que acabou levando, em outubro de 1917, ao estado de guerra com a Alemanha. Ter uma alemã como diretora de uma instituição nacional tornou-se insustentável e, em 1917 o governador do estado, Lauro Sodré, demite-a deste cargo permitindo, porém, que se mantenha na chefia da seção de zoologia. Em março de 1918, com o acirramento das hostilidades, o governo do estado intervém novamente na administração do museu, afastando Snethlage completamente da instituição (Cunha, 1989). Com o fim da guerra é reempossada na chefia da seção de zoologia em junho de 1919, e na direção do museu no mês seguinte, permanecendo no cargo até 1921. Quando Snethlage voltou à direção do museu em 1919, a situação social e econômica da Amazônia se alterara profundamente. Com o final do ciclo extrativista da borracha o Pará entrou em um período de depressão econômica que se estendeu até 1930 e que atingiu duramente a instituição. As questões econômicas passaram a ser prioritárias para o governo paraense e o apoio ao museu, tanto político quanto financeiro, diminuiu consideravelmente. O gradativo afastamento dos funcionários estrangeiros, sem que fossem substituídos, por falta de recursos, acabou minando um dos alicerces sobre os quais se sustentava o museu, a produção científica. O maior patrimônio científico com que o Museu Goeldi ainda podia contar estava nas coleções de espécimes botânicos e zoológicos da Amazônia.

Em 1921 aparecem artigos anônimos em jornais paraenses, denunciando irregularidades na administração da instituição. Um artigo publicado no *Estado do Pará*, em 19 de abril, acusa a diretora de permitir o desvio de alimentos destinados aos animais e reparti-los entre os funcionários mais necessitados. Outra denúncia dizia que as residências dos funcionários solteiros eram visitadas por “mulheres de vida duvidosa, sem o menor respeito à direção e às famílias também lá residentes” (Cunha, 1989, p.93-94). Emília Snethlage está isolada. A crise institucional afastara do Museu os demais cientistas estrangeiros. Ela, como mulher sozinha, cientista, estrangeira não é mais aceita pela sociedade local. Exonerada das suas funções pelo governador Emiliano de Souza Castro, ela permanece na chefia da seção de zoologia. Em 1922 transfere-se, como naturalista viajante, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a convite do paraense Bruno Lobo (1884-1945), então diretor desta instituição (Cunha, 1989).

O Museu Nacional do Rio de Janeiro

O Museu Nacional do Rio de Janeiro foi fundado como Museu Real do Rio de Janeiro em 1818. Antes dele um entreposto comercial, a ‘Casa dos Pássaros’, arrecadava, preparava e remetia espécimes de história natural para Lisboa desde o século XVIII. De acordo com Lopes, desde sua fundação a instituição teve um caráter de museu metropolitano, enciclopédico e universal, que se mantém até os dias de hoje (1997, p.324). A instituição centralizava o recebimento das coleções de espécimes enviadas pelos naturalistas brasileiros e estrangeiros que percorriam o território do Brasil. No entendimento da mesma autora, em meados do século XIX – quando ocorre o fortalecimento político do Império brasileiro, através da consolidação da economia agrária e escravocrata –, as ciências naturais não conseguiram se implantar como um projeto unificado. Embora fosse favorecida por benesses imperiais, a emergente comunidade de naturalistas estava dividida entre diversos interesses e diferentes ênfases científicas (Lopes, 1997, p.325). Nos anos 1870 iniciaram-se no Museu Nacional os estudos de novas áreas do conhecimento, que estavam em fase de constituição, como etnologia, antropologia (antropologia física) e paleontologia. Nessa época, o Museu consolidou-se como órgão consultivo do Estado, especialmente para questões de mineração e de agricultura, além de ter suas atividades científicas, concentradas na química e na geologia, fortalecidas (Lopes, 1997, p.325).

No processo de institucionalização das ciências naturais em curso no final do século XIX, naturalistas como Hermann von Ihering (1850-1930) e Goeldi foram funcionários do Museu Nacional, ao contrário do que acontecia com seus antecedentes, que estavam principalmente a serviço de instituições de seus países de origem. Esses cientistas estrangeiros, formados em universidades européias e especializados em determinados ramos da história natural, como a zoologia, logo entraram em atrito com o direcionamento mais generalista que regia o Museu do Rio de Janeiro. Goeldi e Ihering, por exemplo, se afastaram da instituição no final da década de 1890 por discordarem, entre outras coisas, da pouca ênfase dada à zoologia, em detrimento da antropologia.

Nesse momento, o Museu Nacional já possuía coleções extensas, amalhadas durante os muitos anos nos quais servira de *locus* centralizador das coleções de história natural no Brasil. No entanto, a diversidade de interesses sempre cambiantes que o Museu Nacional abrigava, sua orientação universal e voltada para a educação do público, acabou dando origem a coleções que não apresentavam a mesma especialização encontrada no museu de Belém.

O zoólogo Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939), em artigo publicado em 1928, no *Boletim do Museu Nacional*, traça um panorama das diversas coleções ornitológicas existentes na instituição em 1897. Segundo ele, as coleções dividiam-se em uma coleção para exposição e visitação pública, que compreendia espécies do mundo inteiro e uma coleção seriada, para o estudo dos especialistas. Essa última dividia-se em várias subcoleções provenientes de empreendimentos como a Expedição Científica do Ceará (1862), e de coletores individuais. Miranda Ribeiro ressaltava que o material havia sido trabalhado e retrabalhado várias vezes, de acordo com a parca bibliografia de que dispunham os funcionários do Museu, algumas vezes com a ajuda de especialistas estrangeiros, como o ornitólogo alemão conde Hans von Berlepsch (1850-1915). Segundo ele, o objetivo do artigo que apresentava era demonstrar “o esforço que necessitávamos dispendar para realizar alguma coisa de proveitoso no estudo do material (...), para constituir um núcleo de coleções capazes de nos libertar de qualquer tutela e nos tornarmos cientificamente independentes”. E continua: “em geral, e de um modo lamentável, as peles antigas não tinham procedência; ‘Brasil’ era tudo quanto se afirmava antigamente nos estudos realizados” (Miranda Ribeiro, 1928, p.20). Em termos numéricos, segundo os dados fornecidos pela seção de zoologia à Repartição de Estatística do Governo e citados por Margaret Lopes, a coleção ornitológica do Museu Nacional compunha-se, em 1915, de 4.862 exemplares. O caráter universal do museu também podia

ser detectado também nessas coleções: “ao lado das aves brasileiras, estavam as de outros países da América do Sul, Europa, Ásia, África e Austrália. Não faltavam (...) os esquisitos pingüins da Patagônia, o aves-truz africano, o ápterix da Nova Zelândia ou as aves-do-paraiso da Nova Guiné” (Lopes, 1997, p.232).

Um reforço considerável aportou nas coleções do Museu Nacional depois dos trabalhos da Comissão Rondon (1907-1915), da qual participaram cientistas como Miranda Ribeiro. No entanto, as coleções ornitológicas da Comissão foram pouco trabalhadas pelos pesquisadores. Miranda Ribeiro publicou um único trabalho, em 1919, juntamente com Euclides da Costa Soares, relacionando 28 espécies de papagaios coletadas e –ênfatizando a relevância desse material para a instituição, já que a maioria dos exemplares que o Museu possuía em seu acervo não tinha procedência– (Sá, Sá e Lima, 2008, p.798).

Em 1922, quando Emília Snethlage chegou ao Rio de Janeiro a situação já deveria estar um pouco melhor, em virtude dos esforços de cientistas como Miranda Ribeiro, mas ainda assim as coleções de aves do Museu Nacional eram, diante da grande especialização das coleções do museu paraense, bastante incompletas, além de não estarem identificadas corretamente.

Abrindo as gavetas

O Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Goeldi, como vimos, guardavam diferenças marcantes, diretamente relacionadas às suas histórias institucionais. A principal delas, no que diz respeito ao trabalho de Snethlage, era a inexistência de um projeto específico e articulado entre todos os setores do Museu Nacional, para a produção de conhecimento científico. Um segundo aspecto, não menos importante, era a ausência de coleções ornitológicas extensas e totalmente organizadas dentro de critérios científicos, como eram as de Belém. A ornitologia do Museu Goeldi podia contar com uma excelente coleção de peles de pássaro, em grande número (para escrever o catálogo, publicado em 1914, ela manuseara mais de 10.000 peles), na qual a avifauna da região amazônica estava muito bem representada e, além disso, contava com literatura que tinha sido mantida, na medida do possível, atualizada, enquanto que a literatura técnica existente no Museu Nacional era deficiente, se comparada com a do museu nortista. Em diversas obras, publicadas durante sua permanência no Rio de Janeiro, Snethlage irá se queixar da falta de material disponível para a comparação de espécimes

e da ausência de literatura adequada, o que, segundo ela, dificultaria sobremaneira seu trabalho. Diante do que encontrou nas coleções ornitológicas do Museu Nacional do Rio de Janeiro Emília Snethlage viu a necessidade de solicitar a transferência das peles da instituição do norte, para poder dar continuidade ao trabalho científico que vinha desenvolvendo, agora dentro de outros parâmetros institucionais e em outro âmbito geográfico. As condições institucionais do Museu Goeldi e as condições econômicas do Pará devem ter pesado nessa decisão.

Em ofício datado de 31 de dezembro de 1922 o médico paraense Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional entre 1915 e 1923, dirige-se ao diretor da Seção de Zoologia da instituição, o professor Hermillo Bourguay Macedo de Mendonça. “Tenho a satisfação”, diz o diretor, “de remeter-vos nesta data a belíssima coleção de peles de aves e mamíferos oferecida a este Instituto pelo Museu Goeldi de Belém e trazida pela Dra. Emília Snethlage”. Acompanha o ofício uma relação de vinte páginas, contendo as espécies e o número de exemplares de 1.146 peles, das quais 106 de mamíferos (macacos, tamanduás, felinos e roedores, entre outros) e 1.040 de aves⁶.

Com relação à produção científica de Emília Snethlage, as peles de aves que trouxe consigo de Belém do Pará parecem ter representado o acervo mínimo necessário para dar continuidade às suas pesquisas dentro dos padrões nos quais estava acostumada a trabalhar. Pois as peles que trouxe estavam preparadas, classificadas e identificadas dentro de padrões científicos e formavam uma amostra numericamente significativa. Em relação ao número de exemplares então existentes no Museu Nacional, mesmo se levados em consideração os acréscimos originados das explorações da Comissão Rondon, as mais de mil peles trazidas de Belém, identificadas e classificadas, formavam um contingente expressivo e valioso.

A outra face da moeda é que, a partir da década de 1920 o Museu Goeldi viveu um período de ostracismo, abandonado pelo Poder Público e duramente atingido pela depressão econômica. Essa situação se alterou apenas nos anos 1950, quando foi considerado um centro de conhecimento científico sobre a Amazônia, absorvido pela União e vinculado, em 1955, ao então Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq. Durante esses trinta anos, as peles trazidas por Emília Snethlage, que poderiam ter se deteriorado no Pará, estiveram nas mãos dos cientistas que faziam suas pesquisas na capital brasileira.

6 As espécies de aves trazidas do Pará poderiam ser comparadas com as já existentes no Museu Nacional, porém esse estudo ultrapassa o escopo do presente artigo.

Considerações Finais

A transferência de Emília Snethlage de Belém para o Rio de Janeiro em 1922 confrontou duas realidades institucionais distintas: a grande especialização do Museu Goeldi, expressa através da amplitude e representatividade das suas coleções da avifauna amazônica e o caráter ‘metropolitano’ e diversificado, enciclopédico, fortemente voltado para a educação, do Museu Nacional, características que também podiam ser detectadas nas coleções ornitológicas da instituição. O universalismo dos museus fundados no início do século XIX se contrapõe à especialização dos museus locais, característica dos museus fundados (ou reativados, como foi o caso do Museu Goeldi) a partir dos anos 1890, como ressalta Lopes (1997, p.324-325). Além disso, é notável o papel desempenhado pela personalidade dos diretores dos museus que, pela sua formação e interesses acabavam conformando as instituições nas quais atuavam (Lopes, 1997, p.326), o que incluía a especificidade que adquiriam as coleções. Para o Museu Nacional serve de exemplo a atuação de Ladislau Neto, com seu grande interesse pela antropologia física, que acabou se tornando uma das mais importantes áreas de atividade da instituição, enquanto que no Museu Goeldi a predileção de Goeldi pela ornitologia foi um dos fatores que influenciou na formação de uma coleção de aves extensa e representativa.

Na produção científica de Emília Snethlage como naturalista viajante do Museu Nacional é possível reconhecer certa continuidade com os trabalhos realizados no Pará, mas também mudanças importantes. A área geográfica estudada ampliou-se, ela passou a percorrer todo o território nacional em busca de exemplares e planejava uma obra de síntese da avifauna brasileira, nos moldes do catálogo publicado pelo Museu Goeldi em 1914, que não teve tempo de publicar. Como em Belém, continuou a se interessar por questões de biogeografia, mas ampliou o alcance das suas considerações, buscando compreender a distribuição das aves em todo o território nacional.⁷ Continuou a publicar em periódicos científicos estrangeiros e no periódico da instituição em que trabalhava, agora o *Boletim do Museu Nacional*. Certamente os espécimes que levou consigo para o Museu Nacional tiveram um papel importante nas pesquisas que desenvolveu a partir de 1922. E, apesar das diferenças, foi a instituição que a acolheu que possibilitou a continuidade do seu trabalho.

7 Sobre esse assunto ver Lutz, 1957.

Bibliografia

BRASIL. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ. Fundo Museu Nacional. Zoologia. Caixa 6. Ofícios recebidos (1922-1925). Ofício de Bruno Lobo para Bourguay de Mendonça. 31 de dezembro de 1922.

CUNHA, Oswaldo Rodrigues da. Maria Elizabeth Emilia Snethlage. In: *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Goeldi*, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 83-102. 1989.

HAFER, Jürgen (com contribuições de Ernst Mayr). Ornithologen-Briefe des 20. Jahrhunderts. *Ökologie der Vögel*, Ludwigsburg, v. 19. 1997.

JUNGHANS, Miriam. *Avis rara: a trajetória da naturalista alemã Emilia Snethlage (1868-1929) no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2009

KOHLER, Robert E. Place and practice in field biology. *History of Science*, v.40, n.129, p.189-210. 2002.

KURY, Lorelai B. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.8, supl., p.863-880. 2001.

LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.8, supl., p.881-897. 2001.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec. 1997.

Lutz, Bertha. Emilie Snethlage (1868-1929). In: *Relatório anual do Museu Nacional*, pelo diretor José C.M. Carvalho. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p.39-43. 1957.

MIRANDA RIBEIRO, Alípio de. Notas ornithologicas (VI-a). *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.IV, n.3. 1928.

OUTRAM, Dorinda. New spaces in natural history. In: Jardine, N.; Secord, J.A. e Spary, E.C. (Ed.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, p.249-265. 1997.

REGULAMENTO do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, v.1, n.1, p.22-27. 1894.

SA, Dominichi Miranda de; SA, Magali Romero e LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810. 2008.

SANJAD, Nelson. *Emílio Goeldi (1859-1917): a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil*. Rio de Janeiro: EMC. 2009.

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia. *Revista Brasileira de Inovação*, v.5, n.2, p.455- 477, jul.-dez. 2006.

SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. [Publicada como *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2010.] 2005.